ISSN: 2358-8829

OBSERVATÓRIO DA IGUALDADE EDUCATIVA (OIE) E SUA INTEGRAÇÃO NO MONITORAMENTO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO JUNTO AO SNE E O PNE

Luciana Silva do Nascimento [1]
Mônica de Fátima Guedes de Oliveira [2]

INTRODUÇÃO

O texto expõe um relato de experiência da atividade de professores universitários que através de editais de financiamento da Fundação de Pesquisa da Paraíba, fundaram uma Startup, concorrendo nos programas Centelha II – PB (2022-2023) e no Programa Tecnova III (2025-2026). A Startup, denominada CEMEI, Consultoria Especializada em Gestão Educacional e Pesquisa Ltda, atua nas áreas de gestão e política educacional, desenvolvimento de tecnologias educacionais e pesquisa.

O projeto da CEMEI, prevê um trabalho de consultoria e mentoria para a criação do Observatório da Igualdade Educativa (OIE), nos municípios e microrregiões do Agreste e do Brejo paraibanos, podendo ser expandido para o Estado da Paraíba e para o país.

O Observatório tem origem em uma experiência desenvolvida pelo Instituto Universitário de Criatividade e Inovações Educativas (IUCIE), da Universidade de Valência (UV), Espanha. Onde plataformas semelhantes vêm sendo utilizadas desde 2017 para acompanhar políticas educacionais em municípios da Comunidade Valenciana. A partir dessa experiência internacional, a metodologia foi adaptada à realidade brasileira por uma equipe multidisciplinar vinculada à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), considerando as especificidades da legislação educacional nacional e dos sistemas municipais de ensino.

Na Espanha o trabalho com o OIE obedece a Lei 14/2011 – Da Ciência, da Tecnologia e da Inovação, que determina o monitoramento e avaliação dos investimentos feitos em educação por cada município. As atividades de assessoria são múltiplas e giram em torno da

[1] Professora Dra. do Departamento de Educação, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, lucnasci@servidor.uepb.edu.br
[2] Professora Dra. do Departamento de Educação, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, monicaoliver@servidor.uepb.edu.br

ISSN: 2358-8829

criação do OIE nos municípios da Comunidade Valenciana, podendo acontecer em outras regiões da Espanha. A assessoria também desenvolve atividades como: reuniões, encontros, atividades científicas, publicações etc. Atualmente, está em pleno desenvolvimento a Rede OIE, que inclui a nossa experiência na Paraíba.

A CEMEI desenvolveu o OIE, como um serviço inovador através de um software que disponibiliza dados atualizados e acessíveis sobre os Planos Municipais de Educação (PMEs), permitindo aos gestores municipais e educacionais um acompanhamento eficiente das políticas públicas de educação em seus municípios. Mais que isso, o OIE atua como um canal direto entre a Secretaria de Educação e a população, garantindo transparência e envolvimento social.

A CEMEI, executa no seu portfólio as seguintes atividades:

1. **Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais:** Criamos ferramentas digitais para coleta, análise e visualização de dados educacionais, facilitando o planejamento e a tomada de decisão dos gestores.
2. **Formação e Capacitação:** Oferecemos cursos e treinamentos para educadores e gestores, promovendo boas práticas na gestão educacional e no monitoramento das políticas públicas.

3. **Consultoria em Educação e Inovação:** Trabalhamos junto às secretarias de educação para implementar soluções personalizadas que otimizem a execução dos PMEs e melhorem os indicadores educacionais.

Nosso diferencial está na adaptação e na validação internacional do nosso projeto. A experiência da Universidade de Valência já provou ser um sucesso na Espanha, e agora estamos aplicando esse modelo de forma customizada à realidade brasileira. Além disso, nossa equipe é composta por professores e especialistas da Universidade Estadual da Paraíba, garantindo rigor acadêmico e prática inovadora. Que se traduz nos seguintes impactos e benefícios:

- **Para Gestores:** Monitoramento eficaz dos investimentos e das metas educacionais, otimizando a aplicação dos recursos e melhorando a prestação de contas.
- **Para Famílias:** Transparência e participação na educação dos filhos, fortalecendo a relação entre escola e comunidade.

ISSN: 2358-8829

- **Para a Educação:** Melhoria contínua baseada em dados reais e atualizados, permitindo ajustes e tomadas de decisão mais assertivas para elevar a qualidade do ensino.
- **Para o Poder Público:** Um mecanismo eficiente para acompanhar o cumprimento dos PMEs e garantir que as políticas educacionais estejam alinhadas com as necessidades reais da população.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação, desenvolvimento tecnológico e dependência econômica

A relação entre educação e desenvolvimento econômico costuma ser apresentada a partir de uma equação aparentemente simples: quanto maior a escolarização da população e a qualificação da força de trabalho, maiores seriam as possibilidades de crescimento econômico e inovação tecnológica. Embora essa relação tenha fundamento, ela encobre uma questão fundamental: a formação de recursos humanos não produz, por si mesma, as condições materiais necessárias ao desenvolvimento tecnológico. Um país pode ampliar significativamente seu sistema educacional, formar profissionais altamente qualificados e, ainda assim, permanecer dependente da importação de tecnologias produzidas em outras economias. Isso acontece porque o domínio tecnológico não depende apenas da disponibilidade de mão de obra especializada, mas da existência de uma estrutura científica, industrial e institucional capaz de transformar conhecimento em inovação.

Em Chutando a escada, Ha-Joon Chang (2004) demonstra que a trajetória das principais economias industrializadas esteve associada à participação ativa do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. Ao contrário do discurso liberal, que atribui ao livre funcionamento dos mercados a capacidade de produzir crescimento e inovação, a experiência histórica dos países desenvolvidos revela o emprego sistemático de políticas de proteção industrial, subsídios, financiamento público e investimentos em setores estratégicos. A contradição apontada pelo autor está no fato de que essas mesmas economias, depois de alcançarem posições de liderança, passaram a recomendar aos países em desenvolvimento a adoção de políticas que restringem justamente os instrumentos utilizados em suas próprias trajetórias de industrialização.

ISSN: 2358-8829

Essa constatação é particularmente importante quando se considera o desenvolvimento de tecnologias de fronteira. A produção de conhecimento científico e a transformação desse conhecimento em inovação exigem investimentos elevados, apresentam riscos consideráveis e frequentemente demandam longos períodos até que seus resultados possam ser convertidos em aplicações econômicas. Não se trata, portanto, de atividades que possam ser deixadas exclusivamente à lógica de rentabilidade imediata do capital privado. O financiamento estatal da pesquisa, a manutenção de universidades públicas, a construção de laboratórios e o desenvolvimento de infraestrutura científica constituem condições fundamentais para que um país possa produzir conhecimento e disputar posições nos setores tecnologicamente mais avançados da economia mundial.

A questão ganha outra dimensão quando examinada a partir da teoria da dependência. Em Dialética da dependência, Ruy Mauro Marini (2000) demonstra que o subdesenvolvimento não representa simplesmente uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição historicamente produzida pela inserção subordinada das economias periféricas na acumulação capitalista mundial. A industrialização latino-americana, nesse sentido, não significou necessariamente a superação da dependência. A incorporação de tecnologias estrangeiras permitiu modernizar estruturas produtivas, mas não eliminou a concentração do conhecimento científico, da propriedade intelectual e dos segmentos de maior intensidade tecnológica nas economias centrais.

Essa distinção permite compreender que modernização e autonomia tecnológica não são processos equivalentes. Uma economia pode incorporar equipamentos sofisticados, ampliar sua produtividade e formar trabalhadores qualificados sem desenvolver capacidade própria de produzir as tecnologias que utiliza. A dependência manifesta-se, assim, não apenas na importação de mercadorias, mas também na necessidade permanente de adquirir conhecimentos, equipamentos e processos produtivos desenvolvidos externamente. A questão não é simplesmente acompanhar o progresso tecnológico internacional, mas construir as condições para participar de sua produção.

A experiência chinesa analisada por Isabella Weber (2021) oferece elementos importantes para compreender esse problema. Ao estudar as reformas econômicas iniciadas no final da década de 1970, a autora demonstra que a trajetória chinesa não foi resultado de uma liberalização econômica imediata, mas de um processo gradual de transformação no qual o Estado preservou instrumentos de planejamento e desempenhou papel ativo na organização dos mercados. Essa experiência permite questionar a ideia de que o desenvolvimento econômico depende necessariamente da redução da intervenção estatal. Ao contrário, a construção de

ISSN: 2358-8829

determinadas capacidades produtivas exige coordenação política, planejamento e investimentos orientados para objetivos de longo prazo.

É nesse ponto que a discussão sobre educação precisa ser deslocada de uma abordagem centrada exclusivamente na formação de capital humano para uma perspectiva de economia política do desenvolvimento. Formar pesquisadores, engenheiros e profissionais especializados é indispensável, mas essa formação precisa encontrar correspondência em uma estrutura capaz de absorver e mobilizar os conhecimentos produzidos. Sem investimentos em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura científica e política industrial, a expansão educacional pode resultar em uma situação paradoxal: países que formam profissionais qualificados, mas continuam dependentes de tecnologias desenvolvidas no exterior. Em vez de produzir inovação, acabam fornecendo força de trabalho especializada para uma estrutura econômica cujo comando tecnológico permanece concentrado nos países centrais.

O problema, portanto, não está na insuficiência de qualificação da força de trabalho, embora ela também possa existir, mas nas condições econômicas e institucionais que determinam o destino social do conhecimento produzido. A educação não pode ser responsabilizada isoladamente pelo desenvolvimento econômico, assim como a universidade não pode substituir a ausência de uma política científica e industrial. A construção de autonomia tecnológica exige uma articulação entre formação educacional, financiamento público, pesquisa científica e transformação da estrutura produtiva. Para os países periféricos, trata-se de uma questão que ultrapassa a modernização econômica: significa enfrentar as condições históricas que reproduzem sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho desenvolvido pela CEMEI através do OIE, segue as orientações da experiência da UV e também dos editais de fomento nos quais fomos contemplados.

Nas atividades da consultoria, prezamos pelos fundamentos baseados na participação e na autonomia, dentro da perspectiva trazida pela LDB/96 da gestão democrática. O trabalho envolve visitas técnicas, oficinas, mentorias, organização de eventos científicos e pedagógicos, cursos em vários formatos, além da especificadade do próprio software, que organiza, sistematiza dados, simplifica, resume, publiciza e colabora com o processo de construção, revisão, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, através do uso de IA Generativa.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O OIE constitui um ambiente digital que reúne informações estratégicas sobre os Planos Municipais de Educação, organizando indicadores, metas, estratégias e evidências em painéis de fácil visualização. A plataforma permite acompanhar o grau de execução das ações previstas nos planos, identificar avanços e desafios, produzir diagnósticos e subsidiar processos de planejamento e tomada de decisão fundamentados em evidências.

Mais do que disponibilizar dados, o Observatório promove uma nova forma de gestão das políticas educacionais. Ao integrar informações em um único ambiente, favorece a transparência administrativa, fortalece os mecanismos de prestação de contas e amplia as possibilidades de participação da comunidade escolar, dos conselhos de educação, dos órgãos de controle, dos pesquisadores e da sociedade civil no acompanhamento das políticas públicas.

Para os gestores públicos, o OIE representa uma ferramenta de apoio à administração educacional, permitindo monitorar indicadores, avaliar o cumprimento das metas estabelecidas, identificar prioridades e orientar decisões de maneira mais eficiente. Para pesquisadores e instituições de ensino, constitui uma base estruturada para estudos comparativos e avaliação de políticas públicas. Para a sociedade, amplia o acesso às informações e fortalece o exercício do controle social sobre a educação.

Do ponto de vista tecnológico, o Observatório foi concebido como uma plataforma web com possibilidade de acesso também por dispositivos móveis, permitindo consultas rápidas, geração de gráficos, visualização de indicadores e acompanhamento contínuo da evolução das metas educacionais. Sua arquitetura possibilita futuras integrações com outras bases de dados e sistemas públicos, ampliando seu potencial de utilização em diferentes níveis da administração educacional.

A proposta do Observatório da Igualdade Educativa não se limita ao desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica. Seu objetivo é fortalecer uma cultura de monitoramento permanente das políticas educacionais, estimulando decisões baseadas em evidências, maior transparência na gestão pública e participação social qualificada.

Nesse contexto, entendemos que o Observatório pode contribuir para as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Educação, pelo Ministério da Educação através do Sistema Nacional de Educação e do novo Plano Nacional de Educação, voltadas ao acompanhamento

ISSN: 2358-8829

dos Planos Municipais de Educação, à produção de indicadores, ao fortalecimento da gestão educacional e à promoção da cooperação entre união, estados e municípios.

A primeira versão do software foi testada no município de Pirpirituba, Agreste da Paraíba e passa pela fase de aperfeiçoamento da ferramenta para a implementação definitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de um Observatório da Igualdade Educativa (OIE), mediante as exigências indicadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pela própria LDB/96[3], contribui de forma singular para a gestão da educação na perspectiva local.

Essa ideia de integração entre os diferentes entes federados vem desde a LDB/96 e se consolida ainda mais com a noção de sistema atribuído pelo PNE ao processo de colaboração entre municípios, estados, distrito federal e a união. Sendo assim, a proposta do OIE, se torna um instrumento a mais na efetivação e consolidação da política educacional onde as responsabilidades devem ser compartilhadas umas com as outras, pelas distintas esferas no contexto do pacto federativo.

A compreensão de Sistema Nacional de Educação (SNE) é bastante complexa segundo Demerval Saviani (2008, p. 213-231) pois sempre se utilizou "o termo **sistema** como sinônimo de **estrutura** e vice-versa". Contudo, em observância ao significado motivado pela Conferência Nacional de Educação (CONAE) assimilado no PNE, o autor busca definir o real significado de sistema, destacando-o como uma atividade intencional, refletida, com o intuito de reunir, ordenar, portanto, "Sistematizar é, pois, dar, intencionalmente, unidade à multiplicidade", e o resultado disso é que se chama de Sistema. A estrutura refere-se a macroestrutura social e o sistema a ação intencional, reflexiva e sistematizada que gera a dinâmica funcional entre a macroestrutura e a microestrutura.

No binômio PNE/SNE, sabemos que muitas dificuldades existem para sua implementação, haja vista que algumas das ações governamentais que dariam sustentabilidade ao seu desenvolvimento foram reeditadas nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, como a redução do investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para 7%, a retirada dos royalties do Pré-sal para a educação, o que significou um grave retrocesso. Felizmente, a

[3] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 7º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano. § 3º - Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PNE e dos planos previstos no art. 8º.

última edição do PNE, corrigiu essas diretrizes reducionistas e avançou sobretudo no que se refere ao Custo Aluno Qualidade (CAQ), como política pública de Estado.

Nessa conjuntura, a implantação de um OIE pelos municípios no estado da Paraíba corresponde tanto ao monitoramento da gestão da política educacional, bem como, se configura como um instrumento de controle social, com o intuito de subsidiar ações governamentais e da sociedade em geral. E fortalece a tese dos autores elencados na fundamentação teórica, onde o ponto chave é o investimento do Estado em ciência, tecnologia e educação no direcionamento das políticas públicas que favorecem a produção e a expansão do conhecimento para o avanço nacional rumo à uma competitividade mundial.

Palavras-chave: Observatório, Startup, Educação, Tecnologia, Software.

REFERÊNCIAS

CHANG, Ha-Joon; ANDREONI, Antonio. Industrial Policy in the 21st **Century. Development and Change,** v. 51, n. 2, p. 324–351, 2020.

HANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2012.

SAVIANI, Demerval. "Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação". **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 6, n. 2, jul.-out., 2008.

WEBER, Isabella. **How China Escaped Shock Therapy: The Market Reform Debate**. London: Routledge, 2021.

WEBER, Isabella; QI, Hao. **The State-Constituted Market Economy: A Conceptual Framework for China's State–Market Relations**. Political Economy Research Institute, University of Massachusetts Amherst, 2021.